

A atividade educativa escolar como processo de trabalho

Educational activity as a work process

Douglas Ladislau dos Santos

Sociólogo. Mestre em Educação. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Elie Ghanem. Pesquisador do Centro Universitário de Investigações em Inovação, Reforma e Mudança Educacional (Ceunir).

E-mail: douglas_ladislau@hotmail.com

Resumo: A proposta deste ensaio é questionar a possibilidade de se pensar a atividade educativa escolar como um processo de trabalho. Trata-se de um esforço teórico, que consiste no encontro transversal entre a teoria do valor de Marx e a sociologia da educação de Durkheim.

Palavras-chave: Escola. Educação. Trabalho. Karl Marx. Émile Durkheim.

Abstract: The purpose of this essay is to question the possibility of thinking of educational activity as a work process. It is a theoretical endeavor, which consists of the transversal encounter between Marx's value theory and Durkheim's sociology of education.

Keywords: School. Education. Work. Karl Marx. Émile Durkheim.

Nas ciências da educação, poucos pesquisadores procuraram estabelecer um diálogo profícuo entre a teoria do valor em Marx e a sociologia da educação em Durkheim. Eis a proposta aqui situada. Nem se propõe abrangência, tampouco uma profusão de referências. A ideia é localizar um caminho, buscar novas veredas para o pensamento.

Questiona-se a possibilidade de se pensar a atividade educativa como um processo de trabalho. Não se parte do pressuposto, isto é, da afirmação de que a atividade educativa escolar é um processo de trabalho. Sabê-lo de antemão não é a tarefa aqui delineada. Busca-se um modelo especulativo, interrogativo, enfim, a atividade educativa escolar pode ser pensada como um processo de trabalho?

Talvez seja possível que sim, dependerá, principalmente, de algumas prenoções acerca dos conceitos elencados. Para os iniciantes em sociologia, Durkheim já prescrevia uma lição fundamental: "afastem as prenoções!". Afastá-las é uma tarefa vã, quem sabe impossível. Enunciá-las e defini-las é uma possibilidade, ou algo maior que isto, uma necessidade para quem pretende dialogar com a comunidade científica (e com a comunidade não científica também).

Há três conceitos importantes nessa questão: *educação, escola e trabalho*. Para a proposta, há duas possibilidades lógicas: ou se considera a atividade educativa escolar como um processo de trabalho, ou se nega isso. Se a análise for um pouco mais circunscrita e ocorrer em uma forma social específica, no caso o modo de produção

capitalista, pode-se afirmar que a atividade educativa escolar, além de ser um processo de trabalho em geral, sua organização assemelha-se a uma indústria, ou seja, a escola, nesse sentido, é uma célula produtiva capitalista. Ou, seguindo Deleuze, para uma configuração mais recente do capitalismo: a escola é uma empresa! A reflexão a seguir acompanha a escola enquanto instituição social inerente às sociedades disciplinares, fabris. As recentes transformações, chamadas de “sociedades de controle”, geram efeitos nos modelos educativos que extrapolam as consequências teóricas deste ensaio.

No entanto, há perspectivas que não concordam com essa visão, já que defendem a hipótese da atividade educativa escolar, embora submetida à lógica estrutural capitalista, não se igualar a uma fábrica, pelo menos em alguns aspectos centrais. A proposta aqui delineada não ingressará nesse peculiar debate acadêmico, até porque não vejo a possibilidade de se pensar uma unidade escolar como uma célula produtiva capitalista, especialmente as escolas mantidas pelo Estado.

A célula da sociedade capitalista, porquanto pensada conforme os princípios da economia clássica, é a mercadoria. A produção das mercadorias deriva do trabalho humano e se caracteriza por possuir valor-de-uso e valor-de-troca. O trabalho produtivo é aquele que gera mais-valia e, por consequência, produz uma mercadoria. Para que a atividade educativa escolar seja considerada um processo de trabalho tipicamente capitalista, ela deve também gerar mais-valia (ser trabalho produtivo) e produzir uma mercadoria. No entanto, “[...] a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia”. (MARX, 1968, p. 41).

A educação é uma atividade inerente ao ser humano, ela não é um objeto externo, portanto, não se trata de uma mercadoria. A educação é uma atividade que supre a necessidade humana de se apropriar da cultura. Embora seja o homem autor da história ao produzir cultura, ele nasce desprovido de aptidões culturais. “A educação como apropriação da cultura apresenta-se, pois, como *atualização histórico-cultural*”. (PARO, 2010, p. 25, grifo do autor). A educação é uma ação do sujeito histórico, que consiste na “[...] progressiva diminuição da defasagem que existe em termos culturais entre seu estado no momento em que nasce e o desenvolvimento histórico no meio social em que se dá seu nascimento e seu crescimento”. (ibidem). Por conseguinte, a educação não é objeto exterior ao ser humano.

Para se caracterizar mercadoria, a educação ou o seu produto também deve possuir valor-de-uso e valor-de-troca. Em uma análise mais rigorosa da atividade educativa, o produto resultante é o sujeito histórico em formação, que se apropria da cultura para se fazer humano. Logo, o valor-de-uso do produto da educação é a própria constituição do homem como sujeito histórico. Entretanto, não há valor-de-troca mensurável para esse produto. Se não há valor-de-troca, a coisa produzida não é uma mercadoria.

Tampouco a atividade educativa escolar é trabalho produtivo, pois, além de não produzir mercadorias, no âmbito público ela não gera mais-valia, pois se trata de trabalho improdutivo. Neste texto, considera-se a atividade educativa escolar como um processo de trabalho, mas em um sentido mais geral para a palavra trabalho. Na

atividade educativa escolar, não existe a subsunção real do trabalho ao capital, como alguns pesquisadores sugerem ocorrer.

Outros autores não entendem a educação como um processo de trabalho, pois veem nos fenômenos educacionais uma especificidade, uma esfera social única e específica. Segundo Durkheim (1973), a educação é um fato social, isto é, um fenômeno passível de explicação sociológica.

A primeira consequência dessa assertiva é a impossibilidade de idealizar o fenômeno educacional, já que ele ocorre concretamente nas mais diversas sociedades humanas. A educação só é concebível social e historicamente. Além de ser concreta, a atividade educacional não se limita a seara individual, já que ela se expressa na ordem do social, do complexo, do coletivo. Nesses termos, também não se considera a possibilidade de se universalizar o fenômeno educacional, já que nessa concepção não existe um modelo de educação para todos os seres humanos.

Para Durkheim, cada sociedade humana, atual ou passada, constituiu um modelo de educação específico para suas necessidades sociais e culturais. A educação não é uma atividade humana consciente, que se baseia em um processo de apropriação livre da cultura. A educação é um fato social, fenômeno coercitivo e exterior. A educação não se relaciona com a transformação social, ela é o principal mecanismo de reprodução social, pois “de que serviria imaginar uma educação que levasse à morte a sociedade que a praticasse?” (DURKHEIM, 1973, p. 36).

Considerar a educação como sinônimo de socialização, a partir de uma visão funcionalista da sociedade, apresenta algumas considerações pontuais. Nesse caso, a educação é uma esfera específica da sociedade, mas ela também é mediação, pois sua finalidade é preparar o novo ser para a vida social, para o papel que futuramente ele irá assumir. Só que esse processo não é consciente nem está no universo da liberdade, pois a ação educativa não incide necessariamente em um sujeito de vontades, ela ocorre independentemente da ação humana individual, a educação é prescritiva e coercitiva. Embora coercitiva e prescritiva, a ação educacional não age como um grande Leviatã, como poderia supor um leitor desatento,

bem longe de estarem em oposição, ou de poderem desenvolver-se em sentido inverso um do outro- sociedade e indivíduo são ideias dependentes uma da outra. Desejando o melhor à sociedade, o indivíduo deseja melhorar-se a si próprio. Por sua vez, a ação exercida pela sociedade, especialmente através da educação, não tem por objeto, ou por efeito, comprimir o indivíduo, amesquinhá-lo, desnaturá-lo, mas ao contrário, engrandecê-lo e torná-lo criatura verdadeiramente humana. (ibidem, p. 46-47).

É a partir desse ponto que educação e trabalho se encontram. Dito de outro modo, um encontro transversal entre Durkheim e Marx. Durkheim observa que a educação transforma o ser humano em um ser social. A educação constrói no indivíduo um estado de espírito verdadeiramente humano. No entanto, diferentemente de Durkheim, Paro (2012) afirma que a ação educativa se funda na persuasão, pois se trata de uma relação de hegemonia, já que procura atender aos interesses da outra parte com a qual nos relacionamos. O educador brasileiro define a educação como um “processo pelo qual as novas gerações assimilam as experiências,

os conhecimentos e os valores legados pelas gerações precedentes, é fenômeno inerente ao próprio homem e que o acompanha durante toda sua história". (PARO, 2012, p. 135).

Analisando de perto o problema, o primeiro pressuposto é que a educação é uma atividade. A atividade educativa manifesta-se em todo o tecido social, mas o que importa neste ensaio é a atividade educativa praticada na escola. Com o desenvolvimento científico-tecnológico, tornou-se impossível educar um novo ser somente pelos mecanismos da socialização primária, daí surgiu a necessidade de uma "instituição formalmente destacada para essa tarefa". (ibidem, p. 136).

Preliminarmente, o trabalho também é, de certa forma, um tipo de atividade, um processo. Educação e trabalho são atividades, processos, mediações. Ambos não são finalidades, mas sim atividades tipicamente humanas. Por não se tratar de conceitos ontológicos, educação e trabalho já demonstram similaridades. Ambos não são fins em si mesmos, pois são atividades, processos, mediações. Isto é, a educação e o trabalho não são finalidades. Além de se tratar de atividades, a educação e trabalho são atividades exclusivamente humanas. Que educação e trabalho são atividades é algo inteligível, logicamente demonstrável. No entanto, afirmar que são atividades humanas é partir de algum pressuposto ainda não anunciado.

A espécie humana diferencia-se de outros seres por seu esforço de se fazer agente de seu devir, por não se sujeitar tão-somente às imposições das forças instintivas e naturais. O homem relaciona-se com a natureza como um criador, pois constrói e atribui sentidos às suas ações. Além de ser um criador de sentidos, o homem cristaliza suas ações no devir histórico. A ação humana, em certo sentido, é ética, pois é dirigida por valores e finalidades.

De outro modo, a relação que o homem estabelece com a natureza não é indiferente ou meramente instintiva, ele a transforma motivado por finalidades definidas pelo próprio homem. "A criação de um valor lhe permite estabelecer um objetivo que o satisfaça e que só pode realizar-se com a atividade do homem orientada para sua concretização". (PARO, 2010, p. 24). Para tal atividade, dá-se o nome de trabalho, atividade tipicamente humana, que consiste na mediação e transcendência do homem com a natureza. Nesse sentido, só a espécie humana trabalha, pois só ela é capaz de estabelecer finalidades e de agir motivada por elas.

Contudo, para que a atividade educativa escolar possa ser considerada um processo de trabalho, alguns usos corriqueiros da palavra educação devem ser afastados. Comumente, educação associa-se com ensino e instrução, quando pensada em seus aspectos formais; ou a educação vincula-se ao campo dos valores e das condutas, se relacionada à esfera familiar. Outra ideia generalizada acerca da educação é considerá-la mera passagem de conhecimentos e informações de quem sabe para quem não sabe.

Uma definição mais consistente da atividade educativa encontra-se em Paro (2010), que a conceitua como o processo de apropriação da cultura. A cultura é todo o conjunto de atividades humanas que se cristalizou no devir histórico, seja na forma material (tecnologia, livros, cidades etc.) ou imaterial (conhecimentos, informações, línguas, costumes, religiões etc.).

Se trabalho é toda atividade humana adequada a uma finalidade que foi estabelecida pelo próprio homem e cultura é o conjunto de todo o trabalho humano que se cristalizou no devir histórico, conclui-se que a atividade educativa é um processo de trabalho, já que também é uma atividade adequada a uma finalidade humana, que é a de se apropriar da cultura, fruto do trabalho humano histórico.

Referências

DURKHEIM, Èmile. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. 31. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968. 2 v.

PARO, Vitor Henrique. *Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Administração escolar: introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2012.